

**Destinatários:**

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

**259 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 8 a 12 de dezembro de 2025**

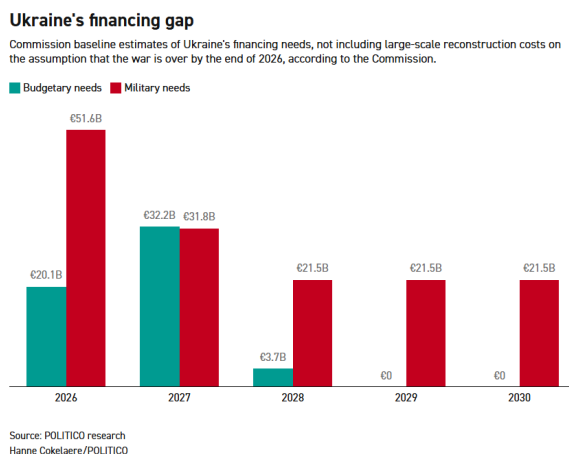
|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. CONSELHO EUROPEU - FINANCIAMENTO À UCRÂNIA - PROPOSTAS</b> | <b>1</b>  |
| <b>2. RELAÇÕES EUA-UNIÃO EUROPEIA - DONALD TRUMP</b>             | <b>2</b>  |
| A entrevista ao Politico   | 2         |
| Reacções   | 2         |
| Trump - a personalidade “europeia” mais influente                | 3         |
| <b>3. ACTIVIDADE DO PARLAMENTO EUROPEU</b>                       | <b>3</b>  |
| QFP 2028-34 - Relatório intercalar                               | 3         |
| Relatório intercalar do PE                                       | 3         |
| INTA - Mercosul  | 5         |
| AFET - Alta Representante  | 6         |
| <b>4. MIGRAÇÕES</b>  | <b>7</b>  |
| Conselho da Europa   | 7         |
| Comissão Europeia  | 8         |
| <b>5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL</b>  | <b>8</b>  |
| <b>6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - ESTADO DE DIREITO</b>        | <b>9</b>  |
| <b>7. REUNIÕES DO CONSELHO</b>                                   | <b>9</b>  |
| <b>8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA</b>                               | <b>10</b> |
| Conselho Europeu   | 10        |
| Parlamento Europeu   | 10        |
| Comissão Europeia  | 10        |
| Conselho da UE   | 10        |

## 1. CONSELHO EUROPEU - FINANCIAMENTO À UCRÂNIA - PROPOSTAS

O próximo [Conselho Europeu](#), agendado para 18 e 19 de dezembro, será, nos termos da carta-convite do Presidente António Costa ([aqui](#)), estruturado em torno de prioridades geopolíticas e orçamentais, bem como de debates sobre competitividade, alargamento e política externa. O encontro será precedido, a 17 de dezembro, pela Cimeira UE–Balcãs Ocidentais.

No que respeita ao **financiamento à Ucrânia** — tema central da reunião — os líderes serão chamados a decidir sobre a operacionalização do compromisso assumido no Conselho Europeu de outubro de assegurar as necessidades financeiras do país para 2026-2027, incluindo o apoio militar e de defesa. Esta discussão é descrita como urgente, pois “*os desenvolvimentos recentes*” tornam indispensável uma ação europeia reforçada. Recorde-se que, como demos nota nas Sínteses n.º [257](#) e [258](#), a Comissão Europeia apresentou na passada semana uma proposta para mobilizar até €210 mil milhões para financiar a Ucrânia, através de um novo “**empréstimo de reparações**” baseado nos ativos soberanos russos imobilizados na UE. A primeira meta é assegurar €90 mil milhões para 2026-2027, com reembolso apenas após a Rússia pagar reparações.

O *Politico* apresenta uma análise detalhada deste mecanismo de financiamento, incluindo a colateralização de responsabilidades por Estado-Membro (infografia disponível [aqui](#)) e uma desagregação das necessidades de financiamento da Ucrânia:



O Conselho Europeu fará uma avaliação abrangente das negociações internacionais relativas a uma paz “*justa e duradoura*” na Ucrânia, reafirmando o duplo objetivo da União de reforçar a posição negocial de Kyiv e intensificar a pressão sobre a Federação Russa através de sanções, medidas económicas e respostas coordenadas às campanhas híbridas. Em paralelo, os líderes europeus discutirão o próximo **Quadro Financeiro Plurianual (2028-2034)**, procurando orientar as negociações em curso sob Presidência dinamarquesa para garantir um acordo até ao final de 2026. A agenda incluirá ainda debates sobre o alargamento — considerado a principal aposta geoestratégica da UE —, sobre a competitividade europeia num ambiente de crescente rivalidade geo-económica, bem como sobre a situação no Médio Oriente, a implementação das decisões anteriores em matéria de defesa com vista à readiness europeia até 2030, e o acompanhamento das conclusões relativas à migração. Cortesia da *Agence Europe*, o projeto de Conclusões do Conselho está disponível [aqui](#) (v. 8/12/2025).

Para enquadramento, o *think tank* do PE disponibilizou uma ficha temática sobre o papel do Conselho Europeu, disponível [aqui](#), bem como uma sobre o Conselho da UE, disponível [aqui](#). Além disso, dedicou um trabalho à análise do escrutínio que os Parlamento nacionais fazem do trabalho do Conselho Europeu, [aqui](#).

## 2. RELAÇÕES EUA-UNIÃO EUROPEIA - DONALD TRUMP

### A entrevista ao *Politico*

No dia 8 de dezembro, o Presidente dos EUA, concedeu uma extensa entrevista ao *Politico*, que pode ser lida e vista [aqui](#), e que oferece uma perspetiva particularmente reveladora para a compreensão da sua visão sobre a guerra na Ucrânia e o papel da Europa. Sobre o conflito, Trump afirma que “*não há qualquer dúvida*” de que a Rússia está numa posição negocial mais forte, qualificando-o como “*uma guerra que nunca deveria ter acontecido*” e que “*nunca teria acontecido*” se fosse ele presidente. Sublinha que a Ucrânia “*está a perder*”, lembrando a perda de território e de litoral, e critica Volodymyr Zelenskyy, insistindo que “*quando se está a perder, é preciso começar a aceitar coisas*”. Apesar de reconhecer “*a tremenda coragem*” do povo e do exército ucraniano, insiste que “*a certa altura, o tamanho vence*”, defendendo que é urgente encontrar um acordo para “*parar de ver pessoas a ser mortas*”, ao mesmo tempo que desvaloriza o impacto direto da guerra sobre os Estados Unidos, apontando-a como sobretudo um problema europeu.

No que respeita à **Europa**, a entrevista traça um quadro de clara decadência na leitura de Trump, assente numa crítica contundente às lideranças europeias. O Presidente norte-americano afirma que “*a Europa não está a fazer um bom trabalho*” e que “*não pode estar a fazer as coisas bem, porque basta olhar para o que aconteceu*”. Refere que conhece bem os dirigentes europeus — “*conheço-os muito bem, conheço os bons líderes, os maus líderes, os inteligentes e os estúpidos*” — e acusa-os de falarem demasiado e produzirem pouco, designadamente no apoio à Ucrânia: “*falam, mas não produzem*”. Vai mais longe, ao sustentar que “*a Europa está a ser destruída*” e que, se continuar na trajetória atual, “*muitos desses países deixarão de ser países viáveis*” e “*estão a decair*”. Na sua leitura, “*a Europa não sabe o que fazer*”, nem em matéria de comércio nem de migrações, e “*quer ser politicamente correta, e isso é precisamente o que a torna fraca*”. Embora declare desejar “*uma Europa forte*”, o retrato que oferece é o de um continente em erosão política e estratégica, com líderes incapazes de inverter uma trajetória de enfraquecimento interno e de perda de relevância internacional.

### Reacções

Num debate realizado no *Instituto Jacques Delors*, em Paris, o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, defendeu que a União Europeia deve reforçar-se para enfrentar não só os seus adversários externos, mas também “*os aliados que nos desafiam*”, numa resposta direta às recentes críticas e sinais de interferência provenientes dos Estados Unidos. Sublinhou que “*os aliados não ameaçam interferir na vida política interna dos seus aliados*” e rejeitou a legitimação, pela nova Estratégia de Segurança norte-americana, dos chamados “*partidos patrióticos europeus*”, afirmando que “*os Estados Unidos não podem substituir os cidadãos europeus na distinção entre bons e maus partidos*”.

Costa reagiu igualmente à polémica em torno da multa aplicada pela Comissão à plataforma X, advertindo que “*não haverá liberdade de expressão se a liberdade de informação dos cidadãos for sacrificada para defender os oligarcas tecnológicos dos Estados Unidos*”. Perante a escalada de ataques verbais de responsáveis americanos contra a UE, defendeu que a resposta europeia deve assentar numa maior coesão e autonomia estratégica, recordando que “*as alianças do pós-Segunda Guerra Mundial mudaram*” e que a Europa tem de se preparar para um contexto em que até os aliados tradicionais podem desafiar os seus princípios e a sua soberania.

Num discurso em [Berlim](#), o secretário-geral da NATO, Mark Rutte, deixou um aviso particularmente contundente ao afirmar: “*somos o próximo alvo da Rússia e já estamos na linha de perigo*”. Sublinhou que, apesar dos progressos decididos no reforço da despesa em defesa, “*este não é um momento para autoelogios*”, lamentando que “*demasiados estão silenciosamente complacentes*” e que muitos ainda acreditem que “*o tempo está do nosso lado — não está*”. Rutte descreveu uma Rússia “*ainda mais descarada, imprudente e cruel*” e recordou o alerta de Ronald Reagan sobre as ambições de um “*império do mal*”, afirmando que “*Putin voltou ao negócio de construir impérios*”, sustentado pela “*tábua de salvação*” chinesa e pelo apoio da Coreia do Norte e

do Irão. Elogiou ainda Donald Trump como “o único que consegue levar Putin à mesa das negociações”, defendendo: “*ponhamos Putin à prova; vejamos se quer realmente a paz ou se prefere que o massacre continue.*”

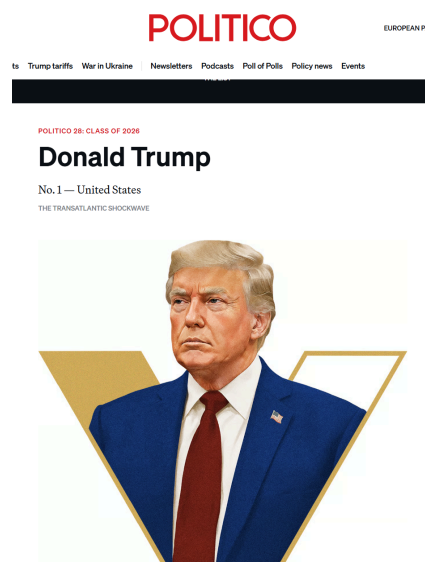
A Presidente da Comissão Europeia concedeu também uma entrevista ao *Politico* ([aqui](#)), onde refere que “*não nos cabe a nós, quando se trata de eleições, decidir quem será o líder de um país, mas sim aos cidadãos desse país ... Essa é a soberania dos eleitores, e essa soberania deve ser protegida.*”

### Trump - a personalidade “europeia” mais influente

O *Politico* escolheu Donald Trump como a figura mais influente da Europa em 2025, rompendo pela primeira vez a regra de incluir apenas europeus, ao concluir que nenhum outro líder moldou tanto a política, a economia e a segurança europeias ao longo do ano. A publicação (detalhe [aqui](#)) descreve uma relação transatlântica marcada por imprevisibilidade e assimetria, na qual Trump é simultaneamente parceiro ocasional, ameaça potencial e força dominante que “*reescreve a relação nos seus próprios termos*”. As suas decisões reconfiguraram orçamentos de defesa, políticas comerciais e debates internos, enquanto a sua visão de que “*a Europa não sabe o que fazer*” e que muitos países estão “*em decadência*” reforçou um padrão de humilhação diplomática, cedências sucessivas e influência direta em processos políticos europeus.

Embora os governos europeus continuem dependentes do “*pilar americano*” para a sua segurança, o artigo descreve um continente a iniciar silenciosamente a construção de alternativas, investindo em autonomia estratégica e preparando-se para uma nova era em que a parceria com Washington deixará de ser garantida.

As **28 personalidades que vão moldar a política europeia em 2026** estão disponíveis [aqui](#), com a respetiva descrição, e reproduzidas de seguida (fonte: *Politico*).



- |                     |                         |                         |                      |
|---------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|
| 1. Donald Trump     | 2. Mette Frederiksen    | 3. Friedrich Merz       | 4. Marine Le Pen     |
| 5. Vladimir Putin   | 6. Nigel Farage         | 7. Ursula von der Leyen | 8. Mark Rutte        |
| 9. Giorgia Meloni   | 10. Keir Starmer        | 11. Manfred Weber       | 12. Viktor Orbán     |
| 13. Alexander Stubb | 14. Volodymyr Zelenskyy | 15. Gabriel Zucman      | 16. Kaja Kallas      |
| 17. Teresa Ribera   | 18. Daniel Ek           | 19. Emmanuel Macron     | 20. Mario Draghi     |
| 21. Andrej Babiš    | 22. Alexis Grynkewich   | 23. Karol Nawrocki      | 24. Heidi Reichinnek |
| 25. Andrea Orcel    | 26. Rima Hassan         | 27. Rob Jetten          | 28. Gianni Infantino |

## 3. ACTIVIDADE DO PARLAMENTO EUROPEU

### QFP 2028-34 - Relatório intercalar

#### Relatório intercalar do PE

Na reunião de 11 de dezembro, os membros da Comissão dos Orçamentos (BUDG) procederam a uma troca de pontos de vista sobre o [projeto de relatório intercalar relativo](#) à proposta de QFP 2028-2034, redigido pelos co-relatores [Siegfried Mureşan \(PPE\)](#) e [Carla Tavares \(S&D\)](#). O PE defende um QFP significativamente reforçado, fixado em, pelo menos, **1,27 % do RNB da UE** para programas, excluindo os reembolsos da dívida

do NextGenerationEU, considerando que este nível é necessário para responder aos desafios geopolíticos, económicos, sociais e ambientais cada vez mais intensos.

Tal representa um aumento de €169 mil milhões relativamente à proposta apresentada pela Comissão Europeia, atingindo €1 782,5 mil milhões, rejeitando cortes propostos pela Comissão e propõe aumentos significativos em várias rubricas. Para coesão, agricultura e segurança, recomenda-se um acréscimo de €89,14 mil milhões, elevando a dotação para €886,25 mil milhões (face aos €797,11 mil milhões propostos). Para competitividade, prosperidade e segurança, propõe-se um reforço de €58,4 mil milhões, fixando a rubrica em €580,6 mil milhões, com foco em investigação, inovação, transição verde e capacidades de defesa. A ação externa seria reforçada para €211,25 mil milhões (+€21,25 mil milhões), privilegiando o Instrumento de Vizinhança e o apoio à Ucrânia. O texto propõe ainda reforçar a flexibilidade orçamental, alargando instrumentos existentes, criando um novo instrumento para respostas de emergência e estabelecendo um mecanismo de crise assente em empréstimos com controlo parlamentar.

**Siegfried Mureșan (PPE)** sublinhou que a apresentação deste projeto de relatório intercalar marca *“o início de um processo crucial”* que terá impacto duradouro no trabalho do Parlamento. Destacou como primeira exigência que o Parlamento seja envolvido *“em todas as fases do processo do QFP, como previsto no artigo 312.º, n.º 5, do TFUE”*, insistindo igualmente que o Conselho deve ter devidamente em conta a posição parlamentar para viabilizar o consentimento final.

Relativamente à dimensão do orçamento, Mureșan afirmou que o QFP 2028-2034 deve ser *“significativamente reforçado, fixado em pelo menos 1,27% do RNB da UE”*, excluindo os 0,11% destinados aos reembolsos do NGEU, que devem ser contabilizados em separado. Considerou que este nível constitui *“o mínimo para equipar a União face a desafios geopolíticos, económicos, sociais e ambientais cada vez mais intensos”*. Defendeu ainda mecanismos robustos de responsabilização democrática, rejeitando *“simplificações excessivas que reduzam a transparência ou limitem o controlo parlamentar”*.

Sobre o conteúdo setorial, Mureșan classificou como *“inaceitáveis”* os cortes na coesão e agricultura e alertou para riscos de fusão de programas que prejudiquem a previsibilidade. Assinalou positivamente os reforços previstos para competitividade, investigação e defesa, mas advertiu para o perigo de consolidações que impeçam futuras afetações específicas. Relativamente à ação externa, considerou positiva a subida de dotações, mas insuficiente perante a escala dos desafios, sublinhando a necessidade de uma arquitetura orçamental detalhada. Defendeu ainda recursos adequados para a administração da UE e acolheu a criação de novos instrumentos especiais, incluindo o instrumento de flexibilidade e uma reserva de solidariedade para catástrofes naturais.

**Carla Tavares (S&D)** começou por abordar as questões de governação, reconhecendo a intenção de simplificar programas e reforçar a flexibilidade, mas advertindo que a abordagem da Comissão *“arrisca sacrificar a transparência sob o pretexto da eficiência”*. Manifestou *“profundas preocupações quanto à nomenclatura orçamental, que é manifestamente insuficiente e risca diminuir a capacidade do Parlamento para controlar a execução do orçamento e tomar decisões políticas no processo orçamental anual”*. A este respeito, reiterou que o acesso ao financiamento deve permanecer condicionado ao respeito pelos valores da União e pelo Estado de direito, e sublinhou que *“novos recursos próprios sustentáveis são essenciais”* para financiar prioridades e reduzir a dependência das contribuições nacionais.

Alertou igualmente para o aumento proposto das margens de desvio em legislação setorial, passando de 15% para 20%, sustentando que tal criaria *“um potencial significativo de alterações sem envolvimento dos co-legisladores”*; por isso, defendeu que essa margem deve ser limitada a 5%. Relativamente ao recurso acrescido ao endividamento e à concessão de empréstimos, salientou que a autoridade orçamental deve monitorizar cuidadosamente o seu impacto no espaço orçamental e nas garantias, lembrando que *“o facto de a Comissão poder contrair empréstimos ao abrigo de um programa não significa que possa tomar decisões políticas que pertencem aos co-legisladores”*. Expressou também reservas quanto ao mecanismo de orientação proposto no

Acordo Interinstitucional, observando que este “*não pode ser apresentado como compensação por qualquer perda de poderes legislativos ou orçamentais do Parlamento*”.

Por fim, Tavares apresentou o calendário de trabalho — com entrega de alterações até 29 de janeiro, pareceres das comissões até 5 de março, votação em comissão no início de abril e votação em plenário em maio — e sublinhou que o QFP é “a base do que será alcançado em termos de ação comum e prioridades políticas”. Encerrou apelando à unidade entre grupos políticos, afirmando que, dada a importância do processo, “*o Parlamento deve falar com uma voz forte*” e que só uma posição ampla e coesa permitirá garantir um mandato sólido nas negociações futuras.

#### - **Negociações no Conselho**

Os representantes permanentes dos Estados-Membros discutiram, esta semana, o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034, com base nas orientações da Presidência dinamarquesa para a elaboração da “*negotiating box*” a apresentar no Conselho Europeu de 18-19 de dezembro. O documento, não vinculativo, identifica os principais eixos da negociação: quatro rubricas estruturantes (coesão e agricultura; competitividade; ação externa; administração) e a necessidade de um orçamento mais flexível, legível e alinhado com prioridades como segurança europeia, controlo de fronteiras, gestão das migrações, competitividade industrial e transição ecológica, mantendo simultaneamente a centralidade da política de coesão e da PAC. O texto sublinha ainda o objetivo de simplificação, nomeadamente através da redução do número de programas e de uma gestão mais previsível dos pagamentos.

A Presidência propõe igualmente o reforço das margens orçamentais através de um Instrumento de Margem Único revisto, de um instrumento de flexibilidade para despesas imprevistas, bem como a criação de reservas de flexibilidade e de um novo “*Mecanismo orçamental europeu*” destinado a melhorar a capacidade de resposta a crises. O documento aborda ainda o reforço da avaliação de resultados, o acompanhamento das despesas climáticas, um quadro mais firme para condicionar financiamentos ao Estado de direito e possíveis novas fontes de recursos próprios, ainda sem valores. O documento está disponível em: <https://aeur.eu/f/jx0>.<sup>1</sup>

#### **INTA - Mercosul**

A Comissão do Comércio Internacional do Parlamento Europeu (INTA) adotou a sua posição sobre o regulamento que define o mecanismo de salvaguarda relativo às importações agrícolas no âmbito do futuro Acordo UE-Mercosul (detalhe [aqui](#)). O regulamento estabelece as condições em que a União poderá suspender temporariamente preferências pautais caso aumentos de importações causem prejuízo ao setor agrícola europeu.

A posição aprovada introduz ajustamentos significativos face à proposta da Comissão, propondo:

- a redução do limiar para abertura de uma investigação, considerando suficiente um aumento de 5% das importações face à média dos três anos anteriores;
- a possibilidade de abrir uma investigação quando se verifique esse aumento ou uma diminuição de 5% no preço de importação, sem exigência de cumulação dos critérios;
- a redução dos prazos das investigações (para três meses ou, em produtos sensíveis, dois meses), permitindo uma eventual aplicação mais célere de salvaguardas;
- a adoção de medidas provisórias após 14 dias de investigação, em vez dos 21 inicialmente previstos;
- a possibilidade de alargar a lista de produtos sujeitos a monitorização reforçada mediante pedido de uma indústria afetada, incluindo citrinos, entretanto adicionados;

---

<sup>1</sup>Cortesia *Agence Europe*.



- mecanismos para prevenir o desvio de comércio por via de países não pertencentes ao Mercosul;
- e a inclusão de uma obrigação de reciprocidade quanto a normas de produção, permitindo que a UE exija padrões equivalentes aos aplicados internamente.

A posição da INTA prevê ainda que a Comissão apresente relatórios trimestrais sobre a evolução das importações e que, na avaliação de prejuízo, não se limite estritamente aos limiares quantitativos definidos.

O plenário do Parlamento votará esta posição em 16 de dezembro, podendo introduzir alterações adicionais, incluindo propostas que facilitem o início de investigações quando estejam em causa aumentos de importações ou reduções de preços, e que permitam medidas de salvaguarda sempre que as importações não respeitem normas europeias de segurança alimentar, saúde animal ou proteção ambiental. Após a adoção do mandato negocial, terão início as negociações interinstitucionais com o Conselho.

### **AFET - Alta Representante**

A Alta Representante/Vice-Presidente Kaja Kallas participou, em 9 de dezembro de 2025, numa reunião extraordinária da Comissão dos Assuntos Externos (AFET) do Parlamento Europeu. Este formato foi convocado num momento de particular relevância estratégica, marcado pela continuação da agressão russa contra a Ucrânia, pela crescente contestação à ordem internacional baseada em regras e pelo debate interno na União sobre mecanismos de apoio plurianual à Ucrânia, incluindo a proposta de um *“empréstimo de reparações”* ancorado em ativos russos imobilizados. A reunião visou fazer um **balanço do primeiro ano de mandato da Alta Representante**, clarificar prioridades estratégicas para 2026 e reforçar o diálogo interinstitucional antes do Conselho Europeu de dezembro (discurso [aqui](#) e vídeo integral [aqui](#))

#### **- Ambiente Estratégico Internacional:**

Kaja Kallas iniciou a sua intervenção com uma avaliação realista da conjuntura, afirmando: *“Quando nos encontramos pela primeira vez, em novembro do ano passado, todos sabíamos que ia ser um ano extremamente difícil... Espero que seja mais fácil, mas, sendo realista, não creio que o próximo ano vá ser mais fácil.”* Identificou três desafios estruturais para a ação externa da UE: i) a existência de uma *guerra em larga escala no continente europeu*; ii) a *atuação de atores que procuram alterar a ordem internacional* baseada em regras; e iii) *choques sistémicos globais* que agravam a volatilidade económica e política. Sublinhou, assim, que a União deve preparar-se para pressões prolongadas e não para uma fase transitória de instabilidade.

#### **- Apoio à Ucrânia e Diplomacia Europeia**

A Alta Representante reafirmou que a Rússia é o agressor e a Ucrânia a vítima, reiterando que a política externa da União não pode permitir qualquer forma de apaziguamento. Considerou que existe “pressão insuficiente sobre a Rússia” em certas dinâmicas diplomáticas, insistindo que qualquer solução política deve respeitar plenamente a soberania e integridade territorial da Ucrânia. Sublinhou ainda que o apoio financeiro à Ucrânia deve ser duradouro e previsível, citando: *“O FMI estima que a Ucrânia necessitará de 135 mil milhões de euros em 2026 e 2027... Dar à Ucrânia os recursos de que necessita para se defender não prolonga a guerra; pode ajudar a terminá-la.”* Defendeu igualmente o modelo do *“empréstimo de reparações”*, baseado nos rendimentos futuros dos ativos russos imobilizados, reconhecendo as reservas persistentes entre alguns Estados-Membros.

#### **- Defesa Europeia, Prontidão e Mobilidade Militar**

No domínio da defesa europeia, Kallas caracterizou 2025 como o ano em que se lançou *“a maior reforma da defesa europeia desde a criação da União”*. Destacou o Livro Branco da Defesa Europeia, o Roteiro para a Prontidão 2030, os planos para reforçar a mobilidade militar na UE e as novas parcerias de segurança e defesa com países terceiros, incluindo o Reino Unido, com resultados já visíveis. A prioridade consiste em dotar a UE

de uma capacidade credível de dissuasão e resposta, reforçando simultaneamente a base tecnológica e industrial de defesa e a coordenação operacional entre Estados-Membros.

#### - **Multilateralismo e Papel da UE na Ordem Internacional**

Kallas reiterou a convicção de que o multilateralismo constitui um pilar essencial da política externa da União, afirmando: “*O multilateralismo significa múltiplas vozes à volta da mesa: o antídoto à política de poder... Significa decisões coletivas para desafios coletivos.*” Reconheceu as imperfeições do sistema internacional, mas insistiu que a União deve assumir um papel ativo na sua preservação e renovação, sob pena de abrir espaço a dinâmicas unilaterais e competitivas que fragilizam os países europeus.

#### - **Alargamento e Alinhamento com a PESC**

Sobre o alargamento, Kallas indicou que “*a perspectiva de uma União Europeia com mais de 27 Estados-Membros em 2030 é agora um objetivo realista*”, sublinhando que o alinhamento dos países candidatos com a Política Externa e de Segurança Comum não é um exercício burocrático, mas a expressão de valores e de uma visão estratégica comum. O alargamento foi apresentado como ferramenta geopolítica fundamental num período de competição global crescente.

## 4. MIGRAÇÕES

### **Conselho da Europa**

Os ministros dos 46 Estados-membros do Conselho da Europa adotaram um conjunto de conclusões, (disponíveis [aqui](#)), que prevê a **elaboração de uma declaração política sobre migração e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH)**, bem como uma nova recomendação sobre o combate ao tráfico de migrantes em 2026. A conferência foi convocada pelo Secretário-Geral Alain Berset na sequência de uma carta aberta — acessível [aqui](#) — subscrita por nove Estados em maio, que contestavam a evolução da interpretação da CEDH pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH). Nessa carta, os líderes reafirmaram o compromisso com os valores europeus e reconheceram que a migração irregular, fenómenos de falta de integração e a prática de crimes por uma minoria de migrantes colocaram desafios significativos às sociedades europeias, argumentando que, apesar do reforço das políticas nacionais, persistiam limitações resultantes da jurisprudência do TEDH que, em alguns casos, “*limitou a nossa capacidade de tomar decisões políticas nas nossas democracias*”.

Os signatários enunciaram três prioridades: i) assegurar “*mais margem nacional para decidir quando expulsar cidadãos estrangeiros condenados por crimes graves*”; ii) garantir “*mais liberdade para determinar como as autoridades podem acompanhar estrangeiros condenados que não possam ser expulsos*”; e iii) permitir a adoção de “*medidas eficazes contra atores hostis que instrumentalizem migrantes nas fronteiras*”. Defenderam que a segurança e estabilidade das sociedades europeias deve ter prioridade e que é necessário “*restaurar o equilíbrio certo*” na interpretação da Convenção, através de um diálogo político entre Estados.

No discurso dirigido aos ministros da Justiça, Berset recordou que a carta refletia “*as opiniões dos seus signatários, não as minhas*”, sublinhando que o seu papel era promover o diálogo, sobretudo quando existem divergências. Reafirmou que “*a Convenção é um instrumento vivo*” e “*a salvaguarda final dos direitos e liberdades individuais*”, evocando também o recente acórdão no caso Ucrânia/Países Baixos contra a Rússia como exemplo do papel de responsabilização desempenhado pelo Tribunal. Identificou o Conselho da Europa como “*um espaço jurídico comum baseado na democracia, nos direitos humanos e no Estado de direito*” e insistiu na preservação da independência judicial, classificando o Tribunal como “*o nosso alicerce*”. Concluiu apelando a uma abordagem conjunta aos desafios migratórios, lembrando a dimensão humana do fenómeno e afirmando



que “a *Convenção e o futuro da Europa são inseparáveis*” — sendo esta reunião “um primeiro passo para reforçar a integridade do sistema da Convenção”.

Recorde-se que, esta semana, os Primeiros-Ministros do Reino Unido e da Dinamarca publicaram um editorial no The Guardian sobre esta matéria, intitulado “*We must protect our borders to defend our democracies. Here’s how*”, disponível [aqui](#).

### Comissão Europeia

A Comissão Europeia acolheu, em 10 de dezembro de 2025, a segunda **Conferência Internacional da [Global Alliance to Counter Migrant Smuggling](#)**, convocada pela Presidente Ursula von der Leyen e pelo Comissário Magnus Brunner. O encontro reuniu Estados-Membros, parceiros internacionais, agências da UE e organizações internacionais para reforçar a cooperação global contra o tráfico de migrantes, contando também com a participação de vários comissários responsáveis por portefólios ligados à segurança, às parcerias internacionais e aos serviços financeiros. Cerca de 50 países subscreveram uma declaração conjunta destinada a reforçar o combate aos passadores e ao tráfico de migrantes (pode ser lida [aqui](#)).

A conferência coincidiu com o Dia Internacional dos Direitos Humanos, sublinhando que o combate ao tráfico devia respeitar plenamente os direitos fundamentais numa altura em que quase 80 000 pessoas tinham desaparecido ou morrido no mar desde 2014. Os debates incidiram sobre os três pilares da Aliança: prevenção e sensibilização para os riscos da migração irregular; reforço da cooperação policial e judicial para dismantlar redes criminosas, incluindo a sua crescente presença digital; e desenvolvimento de alternativas à migração irregular, como parcerias com países de origem e trânsito ou programas de mobilidade legal.

Tal como afirmou von der Leyen, era necessário atuar também sobre o espaço digital e financeiro — “*Devemos trabalhar com as plataformas de redes sociais para pôr fim à organização e à publicidade online das operações de tráfico. Devemos cooperar mais de perto com as companhias aéreas [...]. E só seguindo o rasto do dinheiro conseguiremos localizar estas redes criminosas e cortar as suas fontes de financiamento. Precisamos também de um novo sistema de sanções especificamente dirigido aos passadores e traficantes: congelar os seus bens, restringir a sua mobilidade e cortar os seus lucros.*”

## 5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Teve lugar, no dia 8 de dezembro, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, o encontro interparlamentar “*Democracy, Innovation, and the AI Act: An Inter-parliamentary Exchange*”, organizado pelo grupo de trabalho conjunto IMCO (Mercado Interno e Proteção dos Consumidores) e LIBE (Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos), nomeadamente pelos co-relatores do PE Brando Benifei (IMCO) e Michael McNamara (LIBE), e contou com a participação de deputados das comissões responsáveis pelo acompanhamento da execução do AI Act. A Assembleia da República fez-se representar pelos Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS, 1.ª Comissão), Ricardo Carlos (PSD, 4.ª Comissão), Hugo Costa (PS, 6.ª Comissão) e Maria José Aguiar (CH, 8.ª Comissão).

A reunião foi organizada em três painéis temáticos:

**O Painel I – A Europa como Continente da IA** abordou o contributo da inteligência artificial para os objetivos estratégicos da UE, incluindo autonomia estratégica, liderança digital e construção de ecossistemas competitivos e resilientes. Discutiu-se o papel da UE enquanto definidora global de normas de IA e a necessidade de conciliar inovação com o respeito pelos direitos fundamentais, sublinhando a função do Parlamento Europeu na governação de longo prazo. Com a participação de um representante da DG CONNECT, destacou-se a importância da transparência no processo de implementação, sobretudo para pequenas empresas, bem como o equilíbrio entre as oportunidades e os riscos associados à IA.

**O Painel II – IA, Democracia e Estado de Direito** centrou-se no impacto da IA nos processos democráticos, incluindo eleições, integridade institucional e pluralismo informativo. Debateram-se os efeitos dos sistemas algorítmicos no acesso à informação, a necessidade de transparência nos conteúdos gerados por IA e a proteção dos direitos humanos na conceção destes sistemas. O diálogo com um representante do Conselho da Europa destacou ainda a importância de salvaguardar os meios de comunicação social, combater a desinformação e reduzir desigualdades em literacia digital entre regiões e Estados-Membros.

**O Painel III – Implementação e Execução do AI Act** discutiu o papel dos mecanismos nacionais na aplicação do regulamento, com contributos da Dinamarca e da Irlanda no AI Act Board. Foram analisados o grau de preparação institucional, as necessidades de capacitação, a contratação de especialistas e a prontidão tecnológica, reconhecendo-se a diversidade de modelos de implementação nos Estados-Membros e os riscos de sobre-regulamentação. Surgiram preocupações sobre educação, direitos de autor e proteção de menores, bem como a proposta de criar uma plataforma interparlamentar de partilha de boas práticas. Foi ainda anunciada a realização da iniciativa “*Digital AI Awareness Week*” durante a Presidência irlandesa do Conselho da UE. Nas reflexões finais, concordou-se em prosseguir este diálogo num formato permanente, prevendo-se um novo encontro daqui a um ano.

## 6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - ESTADO DE DIREITO

A Reunião Interparlamentar sobre “*A Situação do Estado de Direito na União Europeia*”, organizada pela Comissão LIBE do Parlamento Europeu, teve lugar em Bruxelas, em 11 de dezembro de 2025. A Assembleia da República participou com uma delegação composta pelas Deputadas Sandra Pereira e Madalena Cordeiro (PSD e CH, 1.ª Comissão), Eva Brás Pinho (PSD, 4.ª Comissão) e pelo Deputado António Mendonça Mendes (PS, 4.ª Comissão). A reunião centrou-se na apresentação e debate do 6.º Relatório Anual da Comissão Europeia sobre o Estado de Direito (2025), que introduziu pela primeira vez uma dimensão mercado interno, analisando como as fragilidades no Estado de direito afetam a competitividade, o investimento e o funcionamento do mercado único.

O primeiro painel abordou a **evolução do Estado de Direito na UE**, incluindo sistemas de justiça, combate à corrupção, liberdade e pluralismo dos media e mecanismos de controlo democráticos, bem como a utilização de instrumentos como a condicionalidade orçamental. Foram discutidos avanços e lacunas nos Estados-Membros, bem como as recomendações específicas emitidas pela Comissão. O debate integrou intervenções da Comissão Europeia, da Associação Europeia de Juízes e da sociedade civil, além de representantes parlamentares nacionais, seguindo-se discursos de enquadramento da Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Katarina Barley, e do Comissário Michael McGrath.

O segundo painel incidiu sobre a **nova dimensão do mercado interno**, destacando como a previsibilidade regulatória, a independência judicial, a proteção do investimento e a execução de decisões administrativas e judiciais são essenciais para o bom funcionamento económico da UE. Intervenientes do Comité Económico e Social Europeu, da OCDE, da academia e de parlamentos nacionais analisaram os impactos económicos das fragilidades no Estado de Direito e a ligação entre confiança empresarial, competitividade e segurança jurídica.

## 7. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 8 de dezembro - Competitividade – Mercado Interno e Indústria; Justiça e Assuntos Internos; 9 de dezembro - Investigação e Espaço; 11 de dezembro - Eurogrupo e Agricultura e Pescas.

Importa dar nota de que os ministros das Finanças da zona euro **elegeram, em 11 de dezembro, o grego Kyriakos Pierrakakis (PPE) para um mandato de dois anos e meio na presidência do Eurogrupo**, sucedendo ao irlandês Paschal Donohoe. Pierrakakis (CV [aqui](#) e carta de motivação [aqui](#)) afirmou querer atuar com “*humildade e determinação*”, retirando duas lições da eleição: que “*as antigas distinções entre Norte e Sul (...) se esbatem face a desafios comuns*” e que, com os relatórios Draghi e Letta, “*sabemos o que devemos fazer*”, devendo a estratégia europeia tornar-se “sinónimo de resultados”. O Comissário Valdis Dombrovskis qualificou a eleição como um “*momento simbólico importante*”, recordando a recuperação económica da Grécia.

## 8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

### Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

### Parlamento Europeu

Na próxima semana, terá lugar a sessão plenária do PE, destacando-se: entrega do Prémio Sakharov a Andrzej Poczobut e Mzia Amaglobeli; Prioridades do PE para o Conselho Europeu de dezembro; Debate sobre o Plano de Habitação a Preços Acessíveis da UE; UE-Mercosul; investimento na defesa; «Schengen militar».

### Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [16 de dezembro](#), destacando-se: *Pacote da Saúde; Pacote da Habitação; Pacote Automóvel e Pacote de Implementação do Acordo Industrial Limpo (Clean Industrial Deal).*

### Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 15 de dezembro - [Conselho TTE Energia](#); [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); [Reunião ministerial UE-Angola](#); 16 de dezembro - [Conselho \(Ambiente\)](#) e [Conselho dos Assuntos Gerais](#).

Bruxelas | 12 de dezembro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)